também à Secretaria de Segurança Pública, ao governador Tarcísio, que utilize a lei sancionada pelo nosso presidente Jair Bolsonaro, a favor das mulheres, para que os agressores, também, sejam obrigados a ressarcir - porque isso já é lei - os custos ao Estado com essas vítimas.

Muito obrigada, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE – DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Obrigado, deputada Letícia. Concedo a palavra por dez minutos ao deputado Luiz Cláudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, Sr. Presidente. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, vocês que nos acompanham no plenário aqui da Assembleia.

Sr. Presidente, hoje, às 18:00 as centrais sindicais, CUT, Intersindical, o pessoal do Conlutas, os sindicatos, Sintaema, bancários, metroviários, farão hoje o lançamento de um plebiscito contra o processo de privatização das empresas públicas no estado de São Paulo. É a partir das 18 horas, na Rua Tabatinguera, na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região.

Esse ato hoje, esse lançamento do plebiscito, ele é muito importante, porque tem algumas empresas que já foram colocados na mira da privatização do governo Tarcísio no estado de São Paulo, como a CPTM, o Metrô e a própria Sabesp. E no dia de hoje, nobre deputada Bebel, o governo Tarcísio lança aqui um guia informativo de desestatização da Sabesp; setembro de 2023.

Olha a pachorra que o governador tem, de fazer um guia para desestatização da Sabesp no estado de São Paulo. Porque muitas vezes o governo até anuncia, como forma de bravata, para tentar, em tese, de alguma forma dialogar que está buscando apoio popular, dialogar com a parte da população que é contrária às empresas públicas.

E a gente olha aqui a Sabesp. A Sabesp, hoje, ela está em 375 municípios, e eu quero trabalhar, inclusive, com os dados do governo. Está aqui.

A Sabesp hoje está em 375 municípios de 645 municípios no estado de São Paulo. Então, nós estamos falando que é uma empresa de Saneamento Básico, hoje, que está praticamente em boa parte dos municípios do estado de São Paulo.

Quando a gente olha a base da proposta que a Sabesp tem para o estado de São Paulo, a Sabesp é a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo que tem como missão a prestação de serviços de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, além de buscar a universalização dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Essa é a missão da Sabesp, hoje, no estado de São Paulo. E a Sabesp já foi, ao longo do tempo, tendo um processo de desmonte. Hoje, ela já está qualificada como economia mista, de capital aberto.

O estado detém 50,3% do capital, enquanto os 49,7% já são negociados no mercado de capitais norte americano e brasileiro. Então, a Sabesp, parte dela já foi desmontada, já está hoje com a iniciativa privada, que faz parte também da gestão da Sabesp.

Estão, a Sabes, hoje, o lucro que ela detém, vai muito mais para o acionista do que efetivamente para o Estado. Então, (Inaudível.) no investimento da Sabesp quem faz é o estado, e quem fica com o lucro do resultado da Sabesp acaba sendo esse acionista, que é quase 50% da estrutura da Sabesp.

E aí a gente pergunta. Se é uma empresa que dá lucro...? E eu vou mostrar para vocês aqui, porque uma empresa pública - o papel dela não é dar lucro - até o lucro que ela dá, ele tem que ser investido.

Mas a Sabesp, até pelos dados que o próprio governador Tarcísio apresenta, em 2022, teve um resultado de 3,12 bilhões de reais; de novo, 3,12 bilhões de reais. No segundo trimestre de 2023, mais quase um bilhão, 743 milhões de reais; quando você compara com 2022, no mesmo período, teve um crescimento de 76% de crescimento, pegando o trimestre do ano passado.

Agora, se o empresário tem uma empresa que dá um bom resultado, que dá um bom lucro, por que um empresário venderia uma empresa que é rentável, que dá lucro, que a cada ano cresce o seu resultado, o seu patrimônio?

Então, a gente percebe que o movimento que o governador Tarcísio tem feito agora em relação à Sabesp tem muito mais uma cara de estruturar um caixa de estado do que de efetivamente estar preocupado com a população.

Eu vou voltar de novo aqui à missão da Sabesp: "A Sabesp é a companhia de saneamento básico do estado de São Paulo, que tem como missão a prestação de serviço de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, além de buscar a universalização do serviço de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto".

Agora, se a Sabesp for privatizada, hoje já com metade do seu capital, praticamente, de capital aberto, a gente percebe que o papel da Sabesp já é um trabalho...

No caso da Capital, principalmente na Grande São Paulo, principalmente no centro expandido, a gente vê que, muitas vezes, quando tem falta de água nos bairros mais distantes, quando tem que fazer uma ligação em uma comunidade, se demora muito. Às vezes tem vazamento em um bairro, demora às vezes três, quatro, cinco dias para que aquele vazamento seja resolvido.

Agora, vamos imaginar se a Sabesp for 100% privada e ela não tiver mais esse papel social que ela tem, de garantir o tratamento da água, o saneamento básico. Hoje, para fazer um projeto habitacional em uma cidade, se não tiver uma estrutura de saneamento básico naquele bairro, naquela cidade, não pode ter projeto habitacional. Sabemos que hoje tem muitas empresas no estado de São Paulo que só montam sua empresa, sua indústria, naquela cidade em virtude da qualidade da água.

Então, a Sabesp é muito importante para o desenvolvimento do estado de São Paulo e para o bom atendimento da população. Se for uma empresa privada, essa garantia de ter um bom atendimento vai deixar de existir.

É só a gente olhar a privatização da CPTM, é só a gente olhar a privatização da própria Eletropaulo, que hoje é Enel, que faz a gestão na Grande São Paulo, o quanto caiu a qualidade de atendimento da população depois que essas empresas foram privatizadas.

A gente conversa com muita gente no estado de São Paulo. Não houve redução da tarifa de energia no caso da Eletropaulo depois que foi feita a privatização; muito pelo contrário, a gente vê reclamações permanentes, inclusive na CPI da Enel, que estamos acompanhando aqui na Assembleia Legislativa. Todos os órgãos de defesa do consumidor...

Agora vamos ouvir também as associações e entidades, todas elas sempre falam que aumentou o custo da energia elétrica, seja para o consumidor individual ou seja também para as empresas.

Aí o governo apresenta que a ideia de privatizar a Sabesp é para ampliar em 66 bilhões o investimento da Sabesp até 2029. Aí vou pegar aquela parte que, hoje, já é do mercado de capitais, da Sabesp.

Hoje já tem metade da Sabesp que, em tese, já é do setor privado. E não tem investimento, nobre deputada Bebel. Quando tem investimento, recai a partir do cofre do Estado, do Governo do Estado de São Paulo.

Aí o governo apresenta que vai ter 66 bilhões de investimento, antecipando a universalização até 2029. Aí traz algumas informações na perspectiva de tentar enganar a população como se fosse bom, fala que vai melhorar o investimento focado nos mais vulneráveis, que vai ter modernização da infraestrutura, aceleração do programa de integração do Tietê, a despoluição do Rio Tietê, a renovação da rede de ativos, que vai reduzir o valor da tarifa da água no estado de São Paulo.

Então, estamos percebendo que o que o governador apresenta hoje no mês de setembro, que é o Guia Informativo Setembro/2023 para desestatizar a Sabesp, é para tentar mostrar para o investidor, em tese, algo que já vimos em relação à CPTM, que já vimos em relação à questão da Eletropaulo, hoje Enel, e que, na verdade, prejudicou e piorou a relação com a população no nosso Estado.

Aí vai muito mais ainda, nobre deputada Bebel, quando faz uma comparação... Nós, que somos representantes dos trabalhadores, V. Exa. dos servidores da Educação, eu que venho também da categoria dos bancários, olha a proposta deles: como ficam os funcionários da Sabesp? Em tese depois de um processo de privatização que nós vamos trabalhar muito para não deixar esse projeto ser aprovado aqui na Assembleia Legislativa.

Plano de carreira consolidado, oportunidade de desenvolvimento a partir da expansão do mercado, mais competitividade no mercado de trabalho, ampliar as práticas de governança e "compliance", mostrando que vai ser bom para os funcionários da Sabesp uma eventual privatização.

Então, já quero deixar claro aqui ao governador Tarcísio: ele lança esse projeto no dia de hoje e a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores votará e fará de tudo junto com o movimento social, a população e os prefeitos para não deixar vender uma empresa tão importante como a Sabesp no estado de São Paulo.

Então, lançou no dia de hoje. Estamos aqui repercutindo esse programa apresentado hoje pelo governador Tarcísio, colocando o nosso posicionamento.

E, para aproveitar também, hoje nós teremos o projeto da taxa do Judiciário, já colocamos para os servidores, para os funcionários, os advogados, o pessoal das OABs de várias regiões do estado de São Paulo, que a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores já tem um posicionamento contrário a esse projeto de lei. Já fizemos todo o processo de obstrução e no dia de hoje vamos votar contrário.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Obrigado, deputado Luiz Claudio Marcolino. Eu vou seguir a lista do Grande Expediente. Agora, na ordem, deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Pelo custo de telepatia que eu fiz, não sei se a deputada Bebel vai pedir com o líder do partido ou... Porque no Grande Expediente V. Exa. não... Então chego em Vossa Excelência.

Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.)

Deputada Professora Bebel, por 10 minutos no Grande Expediente.

A SRA. PREFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, cumprimento a mesa de trabalho, os assessores da minha esquerda, da minha direita, Srs. Deputados, público presente, guerreiros que estão desde a semana passada aqui para garantir que não tenha aumento nas taxas judiciais, porque é uma grande injustiça, de novo, para a população.

E como volta para a pauta hoje, - lamentavelmente o governo não se convence, fica o tempo todo colocando - a nossa posição, como foi dito aqui pelo deputado Luiz Claudio Marcolino, é exatamente a de nos mantermos ao lado de vocês, ou seja, contra. E a nossa obstrução também será veemente, da mesma forma que foi na semana passada. Então podem contar com nosso sincero acordo.

Eu quero começar falando sobre uma questão que, pelo amor de Deus, eu não sei o que tem acontecido na Secretaria do Estado da Educação. Chegamos onde era o ponto que eu, mais ou menos, tinha um sentimento, deputado Marcolino, que era exatamente o que nós passamos em 2008, com a então secretária Maria Helena Guimarães de Castro, que, naquela época, também produziu uma apostila para entregar para o aluno.

Primeiro tirou o estado de São Paulo do livro didático, do Plano Nacional do Livro Didático, e criou as apostilas. E nessas apostilas chegou a ter dois Paraguais no mapa, não é? E aí tiveram que ser retiradas e foi uma parafernália.

E agora, novamente, o Estado incorre no mesmo erro de ter erros. Eu não costumo tripudiar em cima de erros, porque, para mim, errar é humano. Persistir no erro é que é a grande questão. Essa é a grande questão para mim.

Então o que eu espero é que o governador cumpra o que a liminar está dizendo, que não recorra, porque, pelo amor de Deus, como é que vai recorrer se uma magistrada está dizendo que tem erros e tem que cumprir o que são diretrizes da base nacional curricular, do ministério, e não pode ser distribuído e tem que ser recolhido.

Isso minimamente tem que ser respeitado. Então a nossa liminar logrou êxito, e mesmo que o governador recorra, fica muito ruim. E aí eu quero pedir bom senso para o governador, para o secretário da Educação, que não recorram de uma liminar que está dizendo que as cartilhas têm erros, só porque a liminar é de alguém que não professa a mesma coroação partidária. Nós estamos falando de estudantes, nós estamos falando de qualidade de ensino. Então é muito importante que a gente tenha cuidado nessa questão educacional.

Mas eu também não posso deixar de falar de outra pauta muito importante, que é sobre a federalização da Universidade Metodista de Piracicaba. Nós lançamos um movimento no Cecut - que é o Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores -, um movimento no nosso congresso nos dias um, dois e três. Mas, antes disso, outros movimentos também.

Estive em Brasília com o ministro Camilo e com o próprio presidente Lula para pedir que tornem federal a Universidade Metodista de Piracicaba. Por quê? Piracicaba é sede de região metropolitana. Ao seu redor tem 22 municípios. E nós não podemos deixar a juventude ficar sem universidade. Eu fui formada lá.

Por exemplo, eu estive na Catterpillar. O presidente da Catterpillar me disse o quê? "Deputada, aqui os engenheiros, na sua maioria, são formados na Universidade Metodista de Piracicaba. E como é que nós vamos fazer? Porque esses se aposentarão. E os demais? E a mão de obra que vem depois? E a formação que é necessária?"

Mesmo a formação de professores. Fui formada lá. Setenta e cinco por cento dos professores da região foram formados na Universidade Metodista de Piracicaba. Caiu em falência financeira.

Bom, se caiu em falência financeira, tem uma saída. A gente quer que o governo federal injete recursos lá. Por quê? Porque tem um prédio que vale mais que os 300 milhões de dívida. Por isso é importante.

Porque federalizar significa tornar federal por conta... E, por isso, na verdade, a gente pode perfeitamente garantir, sim, que a região metropolitana usufrua, mas que o Brasil usufrua, porque é federal. Você não está falando... Quem passar no Enem, sei lá, no Piauí. Tem vaga em Piracicaba, quer ir? Vai pra lá. Entendeu? Então nós estamos falando em abertura, em expansão.

Então eu estou dizendo isso e estou muito feliz porque a Comissão de Educação e Cultura aprovou um requerimento meu solicitando uma audiência pública lá para Piracicaba, para que abrace essa causa, para a gente cobrar do governo federal. É interessante porque naturalmente a gente faria isso entre nós. Mas eu não acho.

Eu acho que é uma pauta para além de partidos. Ela é uma pauta para além de quem é de Piracicaba. É uma pauta para quem quer também ter o direito de estudar em uma universidade pública de qualidade. A Unimep cumpriu muito bem o papel, mas a gente... Entendo, caiu em falência financeira. A gente também não pode deixar para lá.

Nós temos que fazer a luta. Então a nossa esperança é essa.

E a outra questão, e aí, é claro, eu posso ter minhas divergências, mas também eu não sou daquelas que... Hoje pela manhã, eu tive notícias de que Piracicaba finalmente, deputado Marcolino, por um PL meu, coloquei como coautoria o deputado Alex Madureira, nós dois somos de Piracicaba, partidos diferentes, mas eu tive o cuidado de colocá-lo exatamente porque não há que ter uma marca de um ou de outro, o importante é que Piracicaba se transforme em um município de interesse turístico e que para lá vá recursos, porque lá é uma cidade em que nós temos uma pujança cultural, turística.

Tem um setor hoteleiro que dá conta, tem, para além disso, espaços para convencionais, tanto que a Apeoesp, ela levou o seu congresso para lá e eu pude comprovar. São quase dois mil professores lá em Piracicaba. Então, para nós é de suma importância.

Agora o passo seguinte é reclassificar Piracicaba e os critérios para essa reclassificação, que a minha assessoria já está assentando para a gente ver, para colocar Piracicaba dentro daquelas que tenham, sim, prioridade. Por quê?

A gente entende que Piracicaba, veja bem, quem vai lá se encanta, eu vi os professores esse fim de semana, não é? Ficaram encantados. O Giannazi estava lá. É lindo aquilo lá e a gente estava em um local de resistência, que era o Engenho Central.

Aquilo lá tem história, aquele espaço tem história porque ali teve trabalho escravo, enfim, eu entendi que era ali que tinha que ser o nosso congresso, um espaço de resistência.

Poderia ter ido para um belo centro de convenções, mas não achei que deveria. Já que a gente quer valorizar espaços culturais, que o façamos com as nossas ações e atividades nesses locais, porque são locais que demarcam história e fortalecem também a nossa luta.

Então, ter a sanção desse Projeto de lei de minha autoria, em coautoria com o Alex Madureira, foi importante. Importante para Piracicaba e não me interessa se eu ganho ou perco, se ele ganha ou perde, interessa que a cidade de Piracicaba, o munícipe de Piracicaba, o empresário, mas eu não quero falar sob essa ótica, a cultura, o turismo, vai ganhar podendo receber recursos do MIT.

Um forte abraço, muito obrigada, um abração para os guerreiros e guerreiras, fiquem firmes, que nós estamos com vocês.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Obrigado, Professora Bebel. Vou seguir a lista aqui do Grande Expediente, deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. dispõe de dez minutos, no Grande Expediente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Senhor Presidente deputado Nóbrega, deputados e deputadas, advogados e advogadas.

Primeiro, eu quero parabenizar a deputada Bebel pela sanção desse importante Projeto de lei, que agora é lei, na verdade, transformando a cidade de Piracicaba em instância turística, porque é uma cidade turística, aquele rio maravilhoso, rio de Piracicaba que está eternizado, inclusive, em uma música que a gente canta bastante, deputada Bebel.

E também pela sua iniciativa em federalizar uma universidade importante, também da mesma cidade, que tem todo o nosso apoio, queremos nos irmanar nessa luta, porque a nossa luta é em defesa da universidade pública, gratuita para todas as pessoas do estado de São Paulo.

Nós queremos mais campi da USP, da Unicamp, da Unesp e das federais de São Paulo, e a sua iniciativa é muito importante, nesse sentido. Conte com o nosso apoio, deputada Bebel.

Quero saudar aqui todos os advogados e advogadas em luta contra o aumento das custas judiciais e dizer que é um verdadeiro absurdo, Sr. Presidente, nós estarmos aqui debatendo esse PL nº 752, quando, na verdade, nós temos outras prioridades no campo do Judiciário.

Nós temos aqui os projetos que não foram votados ainda. Eu me refiro aqui ao PLC, ao Projeto de lei Complementar nº 30, de 2013, que já foi aprovado em todas as comissões da Assembleia Legislativa. Nós aprovamos já um regime de urgência, esse projeto está na Ordem do Dia, pronto para ser votado a qualquer momento, e é um projeto do Tribunal de Justiça.

Esse projeto foi encaminhado à Assembleia Legislativa, pelo presidente do Tribunal de Justiça, reconhecendo uma dívida salarial com seus próprios servidores, não com a Magistratura, mas com os servidores que estão lá na ponta, escreventes, oficiais de Justiça, todos os servidores que são os que dão sustentação, que carregam, na verdade, o Poder Judiciário nas costas, na sustentação ao funcionamento dessa grande máquina. E tem uma dívida que o TJ reconheceu, encaminhou o projeto, nós aprovamos em todas as comissões, e esse projeto está pronto para ser votado a qualquer momento.

Esse é o projeto do TJ importante que nós queremos votar, que paga uma dívida salarial com os servidores e servidoras do TJ de 10,15%, isso ainda parcelado, Sr. Presidente, em cinco anos.

Vai dar 2%, 1,5% por ano. Isso não é nada para o TJ, mas pode significar um certo alívio para os servidores do Judiciário, que tiveram apenas 6% de reajuste salarial agora na data-base de março.

Temos também um outro projeto na mesma situação. Refiro-me aqui ao PLC nº 3, de 2018, também aprovado nas comissões em regime de urgência, pronto para ser votado a qualquer momento, que cria o nível universitário para os escreventes técnicos do Judiciário, como nós fizemos com os oficiais de Justiça, em 2014.

Aprovamos o mesmo projeto aqui na Assembleia Legislativa, que é uma forma de valorização também salarial e funcional dos servidores do Judiciário, no caso aqui dos escreventes técnicos do Judiciário. Então, esses dois projetos nós queremos votar e eles já estão em regime de urgência.

Agora, o 752, Sr. Presidente, é um projeto que vai aumentar impostos, vai prejudicar, na verdade, toda a população do estado de São Paulo. E que essa questão orçamentária pode ser resolvida facilmente, Sr. Presidente. Eu já apresentei aqui vários dados, porque esse debate já é feito desde 2021, quando o projeto foi apresentado aqui na Assembleia Legislativa.

Nós realizamos várias audiências públicas, de 2021 até agora. Teve uma que foi uma das melhores, que foi a última, com a presença da OAB, dos advogados e advogadas.

Nas outras, também nós tivemos, mas essa foi uma das mais importantes, porque mostrou claramente o óbvio, que esse projeto é inviável, que ele torna a Justiça do estado do Estado de São Paulo mais cara.

No entanto, o valor, se esse projeto for aprovado, vai canalizar talvez 300, 400 milhões, no máximo, para o Tribunal de Justiça. Eu tenho colocado claramente que esse valor pode ser transferido para o Tribunal de Justiça através do Executivo Estadual, que já vem cortando historicamente os orçamentos do Tribunal, do Poder Judiciário. Então, uma transferência de 400 milhões não significa nada para o governo estadual, que tem hoje o maior orçamento da sua história.

Eu quero demonstrar isso, Sr. Presidente, com dados, porque eu não sou palanqueiro, nem quero fazer demagogia aqui, nem populismo barato. Tudo que eu falo, eu provo aqui com dados.

Eu ingressei, recentemente, com uma ação popular, no Tribunal de Justiça. Acionei o MP também, o Tribunal de Contas, mas ingressei com uma ação popular no Tribunal de Justiça, Sr. Presidente, justamente que tem a ver com esse debate, uma ação popular para revogar um decreto recente do governador Tarcísio de Freitas. Eu me refiro aqui ao Decreto 67.526, de 2023.

Eu queria colocar aqui o quadro para as pessoas entenderem um pouco melhor. Esse é o Decreto 67.526, que foi publicado recentemente pelo governador Tarcísio, dando isenção fiscal, reduzindo de 18 para 3% a isenção fiscal para empresas de embalagens metálicas do estado de São Paulo.

Hoje elas contribuem com 18% do ICMS. O governador, sem nenhuma justificativa para a Assembleia Legislativa, para o Tribunal de Contas, para ninguém, publicou esse decreto no início do ano, já dando isenção, fazendo uma redução drástica de 18 para 3 por cento.

Então, olha, nós temos aqui alguns dados interessantes. A arrecadação do ICMS em 2021 para esse setor foi de 414 milhões, mais ou menos o que o 752 vai transferir para o Tribunal de Justiça. Mais ou menos isso.

O que acontece? Ele deu uma isenção que vai reduzir esse valor para 69 milhões, olha só o absurdo. Ou seja, nós vamos perder 345 milhões por ano por conta dessa isenção fiscal.

São Paulo não vai ganhar absolutamente nada com isso, porque nós temos poucas empresas e elas já estão todas consolidadas no estado de São Paulo, elas não vão sair daqui, não há nenhuma ameaça nesse sentido. Uma das maiores empresas desse ramo é a metalúrgica Prada, que fica inclusive em Santo Amaro.

Quero saudar a nossa subseção lá de Santo Amaro. Eu moro em Santo Amaro, sou santo-amarense também. Então, quem é de Santo Amaro conhece a Prada, não é? Está lá, a empresa não vai embora, é uma empresa histórica na região de Santo Amaro, mas ela será uma das beneficiadas com essa redução.

São Paulo está deixando já de arrecadar 345 milhões, no mínimo. É mais do que isso, eu estou jogando por baixo para a gente não cometer aqui nenhum erro, nenhuma injustiça contábil. Vejam só, se fosse o único caso, tudo bem, mas tem vários casos como esse, de isenções fiscais.

A gasolina, o querosene, na verdade, o combustível de avião também tem uma redução drástica aqui no estado de São Paulo com o decreto do Doria. Doria liberou as empresas aéreas, dizendo que as passagens ficariam mais baratas em São Paulo. Não ficou. Então tem vários setores econômicos como esse. Esse é só um exemplo, entre tantos outros.

Agora faço um desafio ao Tribunal de Justiça. Tenho uma ação popular com pedido de liminar na mesa do juiz, esperando, ele não deliberou ainda, esperando uma resolução, porque se o TJ não der, nós estaremos perdendo 342 milhões de reais por ano.

Agora, pasmem V. Exas. que estão aqui: nós temos no orçamento de 2023 uma isenção fiscal de quase 80 bilhões de reais - não milhões, bilhões de reais - para grupos econômicos como esse, grandes frigoríficos, empresas aéreas, empresas do agronegócio, sem que haja transparência.

Nem o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo consegue acessar os dados, tanto é que, quando tem o julgamento das contas, tem ressalva nessa questão. O próprio Tribunal de Contas tem denunciado o Poder Executivo em relação a essas isenções fiscais.

Então, por tudo isso, eu peço, vou continuar fazendo esse debate ainda hoje, que a base do governo pense e repense esse voto ao 752, para que o projeto seja derrotado hoje, Sr. Presidente, que a gente possa enterrar esse projeto, porque ele está incomodando bastante não só os advogados, mas toda a população. A população vai ser prejudicada. (Palmas.)

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero parabenizar mais uma vez a OAB, que tem cumprido um papel fundamental aqui na defesa do povo do estado de São Paulo, não só da advocacia, mas vocês estão cumprindo um papel histórico importante no estado de São Paulo. A OAB nunca faltou nas grandes lutas do povo brasileiro e não está faltando nesta luta importante. Parabéns, OAB.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, não havendo mais nenhum orador presente, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - É regimental. Havendo acordo entre lideranças, antes de dar por levantada a sessão, convoco V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 17 horas.

Saudando todos os advogados presentes, está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas.

* * *

5 DE SETEMBRO DE 2023
33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO
Secretaria: CARLOS CEZAR e THIAGO AURICCHIO

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão.
2 - PAULO FIORILO
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Informa que deve dar resposta em momento oportuno.
4 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
5 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Solicita verificação de presença.
6 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum. Coloca em votação requerimento de método de votação de autoria do Governo, ao PL 752/21.
7 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 752/21, em nome da Federação PSOL REDE.
8 - PAULO FIORILO
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 752/21, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.
9 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 752/21, em nome da Minoria.
10 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Solicita à plateia comportamento regimental.
11 - PROFESSORA BEBEL
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 752/21, em nome da Minoria.
12 - CAIO FRANÇA
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 752/21, em nome do PSB.
13 - ANDRÉ DO PRADO
Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método de votação de autoria do Governo, ao PL 752/21.
14 - BETH SAHÃO
Solicita verificação de votação.
15 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.